

Saúde mantém intervenção governamental

O artigo 4º do substitutivo do anteprojeto de Constituição do deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), relator da Subcomissão da Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, recebeu ontem, em seu primeiro dia de votação, oito pedidos de destaque, para o caput e parágrafo 1º. Continuou, no entanto, inalterado, pois as emendas foram derrotadas diante dos argumentos do relator. O artigo, que tem preocupado os empresários do setor, dispõe sobre as funções de natureza pública das ações de saúde e prevê a intervenção e a desapropriação dos serviços privados da área de saúde.

Até este parágrafo, "As ações de saúde são funções de natureza pública, cabendo ao Estado sua normatização, execução e controle", segundo o caput do artigo 4º. O termo execução foi objeto de duas emendas. O deputado Adilson Motta (PDS-RS) colocou uma emenda supressiva ao texto, solicitando a eliminação da palavra execução, "para dar abertura à iniciativa privada". O deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) contrapôs à sua sugestão o argumento de que é "indispensável a execução por parte do Estado, mesmo que ele não possa fazê-la, mas delegue a terceiros e pague por este serviço". O deputado Cunha Bueno (PDS-SP) sugeriu que a execução do serviço fosse realizada pelo contratado, o que também foi rejeitado.

Passado o caput, o parágrafo 1º do artigo 4º foi alvo do maior número de emendas. Sobre o texto "o setor privado de prestação de serviços de saúde pode colaborar na cobertura assistencial à população, sob as condições estabelecidas em contrato de Direito Público, tendo preferência e tratamento especial as entidades sem fins lucrativos", os deputados Jofran Frejat (PFL-DF), Eduardo Jorge (PT-SP), Mattos Leão (PMDB-PR), Abigail Feltosa (PMDB-BA) e Adilson Motta (PDS-RS) colocaram suas emendas, mas acabaram rejeitadas pelo plenário.

Jofran Frejat quis ampliar a descentralização proposta pelo relator e colocou uma emenda aditiva dispondo que "competem à União, aos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios a decisão independente sobre a complementariedade da iniciativa particular na área de saúde, desde que possa garantir a todos os cidadãos o acesso ao serviço público de saúde".

Eduardo Jorge propôs a emenda cujo conteúdo, segundo ele, é defendido por todas as entidades da área médica do Brasil. Sugeriu o constituinte do PT que "fica vedada a transferência de recursos públicos".

Guerra contra novos estados começa hoje

A Subcomissão dos Estados certamente rejeitará hoje emendas que representem os primeiros disparos contra a redivisão territorial do Brasil. Uma dessas emendas pretende suprimir do anteprojeto os artigos que criam novos estados. Outra quer impedir à União de dar ajuda financeira para a instalação dos que forem virtualmente criados, inviabilizando a maioria deles. Uma terceira adia o problema, defendendo que deva ser tratado em legislação ordinária.

Estas primeiras iniciativas contrárias tendem a ganhar corpo nas próximas etapas, quando os defensores da redivisão terão de enfrentar grupos adversários compostos por parlamentares que não querem ver retalhados seus estados ou consideram que o Brasil não está em condições de arcar com os custos da criação de novas unidades.

O relator da subcomissão, deputado Siqueira Campos (PDC-GO), está estimando em Cz\$ 1 bilhão 600 milhões a instalação de cada Estado. Como propõe na primeira versão de seu anteprojeto da redivisão de seis estados e a elevação a esta categoria dos territórios de Roraima e do Amapá, o gasto inicial — até a posse do primeiro governo — ficaria em Cz\$ 12 bilhões 800 milhões.

Um membro da Subcomissão dos Estados estimou em Cz\$ 250 milhões anuais o custo de manutenção de uma Assembleia Legislativa e lembrou que será preciso implantar também toda uma estrutura judiciária, assinalando que até hoje a União paga metade da folha do funcionalismo de Rondônia.

O senador Mauro Borges (PDC-GO) quer vetar à União a concessão de auxílio financeiro para a instalação de novos estados. Considera-se que apenas três ou quatro de todos os estados propostos seriam viáveis nestas condições. Dos incluídos no relatório de Siqueira Campos, os economicamente mais viáveis são os do Triângulo, do Maranhão do Sul e do Tocantins.

Aprovada a estabilidade no emprego

Uma maioria sindicalista garantiu ontem a aprovação de propostas consideradas avançadas e que atendem às reivindicações dos trabalhadores, como a estabilidade no emprego, na votação do anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. O substitutivo do anteprojeto apresentado pelo relator, deputado Mário Lima (PMDB-BA), praticamente não foi alterado. As emendas aprovadas foram no sentido de aperfeiçoar e ampliar as conquistas sociais.

Os constituintes que também são empresários, como o deputado Max Rosennann (PMDB-PB), protestaram dizendo que era um jogo de cartas marcadas onde eles não tinham condições de aprovar nada. Max Rosenmann havia apresentado 42 pedidos de destaque, mas os retirou ao ver que todas as suas emendas eram rejeitadas. Com isso, muitas propostas consideradas polêmicas foram aprovadas automaticamente, já que no início da reunião o substitutivo do relator foi aprovado por unanimidade, ressalvando-se os destaques.

Não só a platéia formada por trabalhadores e sindicalistas, mas também os próprios constituintes aplaudiram quando foi aprovada a proposta que assegura estabilidade a todos os trabalhadores a partir da admissão no emprego. A grande maioria dos 25 membros da subcomissão aprovou o texto original do anteprojeto, rejeitando a proposta do relator apresentada no substitutivo e que

restringia a estabilidade. O texto aprovado assegura a "estabilidade desde a admissão no emprego, salvo o cometimento de falta grave comprovada judicialmente, facultando contrato de experiência de 90 dias".

Os deputados empresários, como Osvaldo Bender (PDS), argumentaram que a estabilidade será responsável por milhares de desempregos e que ele irá apresentar uma nova proposta na Comissão da Ordem Social, onde o anteprojeto aprovado pela subcomissão será novamente discutido.

Do total de 466 emendas apresentadas pelos constituintes, o relator acolheu um número bastante reduzido. Mário Lima manteve como no texto original os artigos polêmicos como o do direito de greve, jornada de trabalho de 40 horas, pagamento de férias em dobro e participação direta nos lucros ou no faturamento da empresa. Todas estas propostas foram aprovadas sem dificuldade.

Até o começo da noite a subcomissão já havia aprovado, também, o direito do trabalhador receber alimentação custeada pelo empregador e de poder sacar o FGTS em qualquer caso de rescisão do contrato de trabalho. Por proposta do relator, a gestante terá licença remunerada pelo período de 120 dias. No anteprojeto original ele havia proposto licença de 180 dias, mas mudou a redação considerando os argumentos das mulheres de que a proposta geraria mais discriminação, dificultando o acesso ao emprego.

Aborto derrotado por unanimidade

Nem mesmo em caso de estupro, gravidez de alto risco e casos de má formação fetal será permitido o aborto, desde que seja confirmado o texto aprovado ontem à tarde na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso. Além de rejeitar uma emenda que abria estas exceções, de autoria da deputada Eunice Michiles (PFL-AM), os integrantes da subcomissão aprovaram outra emenda aditiva, de autoria do deputado João de Deus (PDT-RS), que garante o direito à vida "desde a concepção".

O relator da subcomissão, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), não incluiu o termo "desde a concepção" ao garantir o direito à vida por entender que, se a ciência entende que já existe vida a partir do momento da concepção, o respeito à vida estaria assegurado no seu anteprojeto. Mas surgiram várias emendas sugerindo o termo "desde a concepção", com o argumento de que este dispositivo inviabilizará a aprovação da legalização do aborto na legislação ordinária. A emenda de João de Deus foi aprovada por unanimidade.

Mas o debate ficou mais acirrado quando foi votada

a emenda de Eunice Michiles. Neste momento, o tema aborto foi discutido de forma direta. Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) alegou que não pode ser permitido o aborto nos casos de má formação fetal ou gravidez de alto risco porque "isto legalizaria o aborto na prática, através de atestados médicos conseguidos em qualquer esquina". Também defendeu o direito à vida para as crianças portadoras de deficiências físicas, lembrando que "Hitler mandava para as câmaras de gás as crianças defeituosas". Ela não vê maiores problemas para a gravidez de alto risco, diante da evolução da medicina.

Michiles salientou que é contra o aborto, mas acrescentou que "não estamos aqui para legislar para nós, e sim para a Nação. A evolução da medicina é uma realidade, mas como ficam as mulheres que não têm acesso a estes avanços?" Ela também lembrou que o aborto nos casos de má formação fetal seria permitido somente quando comprovada a possibilidade de vida vegetativa.

O deputado Sotero Cunha condenou o aborto mesmo nos casos de estupro, com a alegação de que "uma mulher pode evitar o estupro".

Fiscalização decide acolher 150 emendas

Um jogo de cartas marcadas onde apenas um dos jogadores tinha exata noção do que iria acontecer. Assim foi a reunião de ontem da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira. Por 11 votos, foi aprovado, às cegas, o acolhimento de exatas 150 emendas ao anteprojeto elaborado sem redação final pelo relator, deputado José Luiz Maia (PDS-PI), o "jogador" onisciente.

A reunião começou com mais de uma hora de atraso, porque o presidente da subcomissão, deputado João Alves (PFL-BA), não apareceu. A versão difundida inicialmente entre os constituintes era de que Alves estava em seu gabinete, passou mal e fora atendido por um médico. Mas outros apostavam que Alves evitou submeter-se ao constrangimento de comandar uma sessão durante a qual o relatório de Luiz Maia iria ser aprovado contra o voto do próprio presidente. Os dois são amigos pessoais.

Integrada por 18 constituintes, a Subcomissão de Orçamento só registrou a presença de 12. O quorum para aprovar qualquer proposta é de 10. Mas um dos constituintes logo saiu da

reunião. Assim, qualquer pedido de destaque (foram 15 no total) seria derrotado caso o relator conquistasse a adesão de um colega.

O deputado José Guedes (PMDB-RO) logo percebeu a situação e retirou os destaques que apresentara. O destaque é um instrumento para que uma proposta rejeitada pelo relator seja incluída no anteprojeto, contanto que seja aprovado por maioria absoluta — no caso, por 10 votos.

O anteprojeto foi aprovado às cegas porque ninguém, nem o próprio relator, possuía a redação final, contendo as 150 emendas acolhidas. Para verificar se suas emendas haviam sido aceitas ou não, os constituintes tinham que consultar um calhamaço de mais de 500 folhas, o que tornou o trabalho inviável.

Agora, o anteprojeto será entregue à Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, onde será compatibilizado aos documentos das outras duas subcomissões. Somente quando o deputado José Serra (PMDB-SP), relator da comissão, aprontar seu anteprojeto preliminar, os constituintes terão oportunidade de reapresentar suas sugestões.

CEUB CONTRATA

Professor de Literatura Inglesa. Tratar na Diretoria da FAFI Bloco III, Campus do CEUB.

Galerias serão controladas

Constituinte teme conflitos devido à luta ideológica

FUGENIO NOVAS



Mendes Ribeiro, Rita Furtado, José Elias e Fausto Rocha: linha de frente

Subcomissão mantém a liberdade de imprensa

Foram rejeitadas integralmente pela Subcomissão da Ciência e Tecnologia a Comunicação as propostas para a criação do Conselho Nacional de Comunicação e dos Conselhos Editoriais nas redações. Com esta decisão, continuará com o Poder Executivo a atribuição de outorgar e cassar canais de emissoras de rádio e televisão, mas agora "ad referendum" do Congresso Nacional.

Mesmo antes da votação do artigo que criava o Conselho Nacional de Comunicação, a relatora Cristina Tavares retirou-se da sessão, alegando manobras regimentais do presidente Aroldo Oliveira (PFL-RJ). Foi acompanhada por sete constituintes. Os 13 constituintes que ficaram na sala aprovaram por unanimidade a emenda que inviabilizava a criação do Conselho, deixando com os Poderes Executivo e Legislativo a tarefa de outorgar os canais de radiodifusão.

A sessão teve a duração de cinco horas. A correlação de forças entre os grupos foi alterada por dois fatores. O deputado Aloisio Vasconcelos (PMDE-MG), que havia votado no parecer da relatora no dia anterior, na parte relativa a Ciência e Tecnologia, ontem votou contra a criação do Conselho. A presença do deputado Onofre Corrêa

(PMDB-MA) também foi importante para a derrubada do Conselho. No dia anterior, na ausência deste membro titular da subcomissão, o suplente Antônio Britto (PMDB-RS) ajudou a aprovar o parecer da relatora.

Com maioria absoluta, os constituintes que contestavam o relatório de Cristina Tavares alteraram todos os artigos da parte de Comunicação. A regulamentação do monopólio estatal nos serviços postais, telefônicos e de telecomunicações, por exemplo, foi transferida para a legislação ordinária, ficando aberta a possibilidade da entrada da iniciativa privada nestes setores. Outra derrota significativa para a relatora foi a derrubada dos Conselhos Editoriais, que seriam formados pelos profissionais de comunicação de cada empresa.

Mas surgiram também algumas emendas inovadoras, que fugiram da polêmica criada entre os dois grupos. Foi aprovada uma emenda de autoria do senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) que proíbe qualquer tipo de legislação coercitiva da função jornalística. Já o deputado Hélio Costa (PMDB-MG), conseguiu aprovar uma emenda que permite às empresas jornalísticas a captação de recursos nas bolsas de valores.

O relatório de Cristina Tavares foi rejeitado pelos votos dos constituintes Aloisio Vasconcelos (PMDB-MG), Angelo Magalhães (PFL-BA), Arnold Fioravante (PDS-SP), Aroldo Oliveira (PFL-RJ), Fausto Rocha (PFL-SP), Francisco Diógenes (PDS-AC), José Martinez (PMDB-PR), José Elias (PTB-MS), Mendes Ribeiro (PMDB-RS), Paulo Marques (PFL-PE), Rita Furtado (PFL-RO), Roberto Vital (PMDB-MG) e Onofre Corrêa (PMDB-MG). Retiraram-se da votação os constituintes Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), Koyo Yha (PMDB-SP), Cristina Tavares (PMDB-PE), Olivio Dutra (PT-RS), Antônio Gaspar (PMDB-MA), Fernando Cunha (PMDB-GO), Joaci Góes (PMDB-BA) e Pompeu de Souza (PMDB-DF).

A mesa diretora da Constituinte adotará medidas severas para conter abusos nas manifestações durante a votação da Constituição porque todas as informações são de que haverá confronto direto entre grupos da esquerda e da direita, que já lançou o movimento VQT: Vem que Tem. O grupo garante a presença de no mínimo cinco mil pessoas para apoiar os constituintes conservadores.

Os progressistas, vinculados à Articulação Nacional pela Mobilização do Povo, reúnem-se na Câmara dos Deputados nas próximas segunda e terças-feiras. A convocação do comando provisório, que tem apoio no CEA/UnB, ressalta a necessidade de articular "a presença efetiva dos movimentos populares".

GALERIAS

O corregedor da mesa da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), propôs e foi aprovada a redivisão das galerias da Câmara, destinadas a populares. Os 959 lugares serão distribuídos em três grupos iguais, jornalistas, convidados e populares. Será retirada a primeira fila e, provavelmente, uma do meio. Os lugares serão destinados por filas, o que impedirá a concentração e facilitará a fiscalização.

Os populares só poderão entrar na galeria se portadores de senha, que será distribuída entre todos os partidos, conforme sua bancada. Não poderão carregar bolsas, faixas etc.

A mesa não acredita que os constituintes forcem a entrada de populares, como tem acontecido com frequência. "Isso — observa Arbage — acontece porque não há norma regimental. Quando fixarmos uma norma, todos a obedecerão porque ninguém está querendo prejudicar a Constituinte".

Não está decidido, ainda como será a circulação do povo nos salões do Congresso durante a votação da Constituição. Arbage tem recebido muitas reclamações de parlamentares que são interpellados por populares e até se sentem agredidos.

CONFRONTO

O choque entre diretasistas e esquerdistas durante a votação está sendo considerado inevitável pela mesa da Constituinte. A previsão é de que grupos de todos os países se deslocarão para o Congresso, para influir nas decisões. O VQT, anunciado por um deputado do PFL, espera trazer no mínimo 5.000 pessoas do interior mineiro.

A Articulação Nacional pela Mobilização do Povo espera definir nos dias 26 e 27 próximos os seguintes itens:

- 1) "estratégia na coleta de assinaturas das emendas democráticas";
- 2) "realização de atos e manifestações unitárias em defesa dessas propostas";
- 3) "presença efetiva dos movimentos populares durante a discussão do projeto de Constituição".

Cabral afasta confronto

São Paulo — O relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral, não acredita em confronto do seu partido, o PMDB, com o presidente José Sarney na definição da duração do mandato.

Ontem, em entrevista no Palácio dos Bandeirantes, após audiência com o governador Orestes Quêrcia, ele afirmou: Se o Presidente tiver grande maioria no partido para impor sua vontade será vitorioso. Se na convenção ficar comprovado o contrário, ele terá que aceitar a vontade da maioria".

PROBLEMAS

Bernardo Cabral esteve com o governador paulista para conversar sobre problemas administrativos

que afligem o Executivo e que poderão ser solucionadas pela Constituinte. Sobre o mandato presidencial, disse que Quêrcia apóia os cinco anos para Sarney enquanto ele continua com sua tese de que a constituinte prevê seis anos.

Embora os relatórios a serem enviados ao plenário estejam refletindo mais a posição dos relatores, que são na maioria de esquerda, Bernardo Cabral acredita que isso não terá maior importância quando as questões forem levadas à discussão em plenário, "que terá a palavra final e a primazia sobre todas as decisões". Como relator da nova Constituição, o seu projeto será sempre em respeito à maioria, mesmo que contrarie as suas posições pessoais.



Oliveira agiu firme